

Nathália Thais Cosmo da Silva |
José Ambrósio Ferreira Neto |

Rondônia: entre o estilo amazônico e a revitalização da noção econômica do desenvolvimento¹

RESUMO

Este artigo traz uma discussão conceitual de desenvolvimento, da forma como este foi instrumentalizado em políticas na Amazônia brasileira que tinham como objetivo a ocupação e o alargamento de atividades econômicas na região. Trata do desenvolvimento de Rondônia e de como se diferencia do estilo amazônico: suas perspectivas e suas contradições como reflexo de um contexto político econômico nacional que se traduz em descompassos entre o que se postula como a noção mais adequada do desenvolvimento regional — o desenvolvimento sustentável — e as práticas dos atores políticos e sociais. Para tanto, além da construção conceitual acerca da temática, se faz uso de entrevistas² com representantes do poder público, pesquisadores, prestadores de serviços de assistência técnica, dentre outros.

Palavras-chave

Desenvolvimento, Amazônia, Rondônia.

ABSTRACT

This article offers a conceptual approach to development, looking at how it has been implemented through policies, in the Brazilian Amazon, whose goal has been the occupation and expansion of economic activities in the region. The article deals with the development of the Brazilian state of Rondônia, and looks at how this differs from the Amazonian style of development, with its perspectives and its contradictions reflecting a national economic and political context that translates into a divide between what is considered to be the most appropriate kind of development for the region, namely sustainable development, and the actual practices of the political and social actors involved. To this end, in addition to developing the theme using a conceptual approach, the article also provides interviews with representatives of the public authorities, researchers, technical assistance service providers and others.

Keywords

Development, the Amazon, Rondônia.

1. Este artigo é resultado de uma dissertação de mestrado intitulada *A interface entre o Desenvolvimento na Amazônia e as Comunidades Indígenas: uma análise dos diferentes processos vivenciados pelos Suruí*, defendida em junho de 2012 no Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural na Universidade Federal de Viçosa, com bolsa concedida pelo CNPq.

2. Pela disposição do Comitê de ética da Universidade Federal de Viçosa — instituição na qual foi realizada esta pesquisa — os nomes dos entrevistados nos trechos de depoimentos/entrevistas foram preservados. Nas citações somente aparecem o cargo que ocupam e a vinculação institucional.

Introdução

Historicamente, diferentes noções de desenvolvimento orientam ações governamentais, de diversos atores, bem como dos movimentos sociais, e, sobretudo, refletem a complexidade na qual o tema desenvolvimento está imerso. Em meio às diversas adjetivações do termo desenvolvimento, o fator ambiental emerge na atual discussão sinalizando, ao menos no plano da retórica, certa preocupação e incorporação do discurso do desenvolvimento sustentável, de modo a adicionar o elemento da sustentabilidade como fator a ser também valorizado nessas discussões.

A própria intensificação do interesse em relação à Amazônia brasileira se dá a partir de um modelo de desenvolvimento que coordena a orientação para o progresso e para o crescimento econômico. Assim, nos anos 1960, sob o lema “integrar para não entregar”, é que se observam as ações do governo militar, em nome do progresso, impulsionando a expansão das fronteiras, a entrada da empresa capitalista e o afluxo de mão de obra migrante por meio da execução de projetos de colonização, abertura de estradas (Transamazônica, Belém-Brasília, Cuiabá-Manaus), incentivos fiscais, projetos de desenvolvimento, criação da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), construção de hidrelétricas, dentre outros. Deste modo, a opção pela colonização oficial fez da Amazônia brasileira palco de profundas transformações, tornando a ocupação dos “espaços vazios” necessária sob o ponto de vista do desenvolvimento, não apenas considerando os aspectos econômicos, mas também os políticos à medida que os governos militares canalizaram energias para assegurar a soberania e posse do território.

Embora nas últimas décadas tenham surgido diferentes adjetivações do termo desenvolvimento, e exista a valorização do elemento sustentável, percebe-se que o elemento fundamental desse processo na elaboração e execução de muitas políticas públicas na Amazônia brasileira parece permanecer inalterado: a modernização e o crescimento econômico.

Ao se pensar no processo de desenvolvimento em Rondônia — desde as primeiras migrações nordestinas impulsionadas pela suposta oportunidade que os seringais ofereciam, passando pelos grandes projetos de desenvolvimento e de colonização até os tempos atuais em que os grandes projetos se apresentam sob uma nova roupagem, além daqueles de menor visibilidade — percebe-se que se consolidou um cenário peculiar das ações ditas desenvolvimentistas, que não estão em sintonia com o discurso que valoriza tanto o meio

ambiente como as especificidades culturais, noção atinente a desenvolvimento em voga nos debates atuais.

Desse modo, este artigo debate fundamentalmente o conceito de desenvolvimento, sua evolução e seus desdobramentos. Posteriormente trata a forma como o desenvolvimento foi instrumentalizado em políticas públicas na Amazônia brasileira utilizando uma perspectiva histórica. Dentro da mesma perspectiva, em seguida, discute o desenvolvimento em Rondônia e as políticas públicas, realçando suas perspectivas e contradições, por meio das falas de atores políticos entrevistados, de uma revisão bibliográfica e das políticas instrumentalizadas no estado.

1. Discussão conceitual de desenvolvimento

O termo desenvolvimento não é só um conceito que passou por transformações ao longo da história, mas uma concepção de sociedade que tem orientado ações governamentais e de diversos grupos, como aponta Diegues (1992). Existiria, segundo Favareto (2007), certa insuficiência dos aparatos teóricos dedicados à análise do desenvolvimento, de modo que as teorias ora desconsideram a importância do estoque de recursos de que uma sociedade dispõe para conferir dinamicidade aos fluxos — o que inclusive se distancia do que se institucionalizou chamar de capital social, humano, cultural ou natural —, ora não explicam a origem das instituições que permitem compor os processos de desenvolvimento a fim de alcançar bem-estar e coesão social.

À luz dos argumentos de Favareto (2007), a tarefa proposta no presente trabalho não implica em se filiar a um conceito fechado de desenvolvimento, mas analisar suas múltiplas determinações da realidade. De tal modo, a noção de desenvolvimento deve ser compreendida como evolução de uma configuração histórica que pode caminhar rumo a inúmeras direções, rechaçando, portanto, a ideia atrelada à linearidade evolutiva que se desdobra em projetos normativos do desenvolvimento, os quais abarcam indicadores econômicos, sociais e ambientais de determinado país, região ou grupo social.

Tanto Favareto (2007) como Stavenhagen (1984) teceram críticas às análises lineares e evolucionistas do desenvolvimento. Segundo eles, entre os anos 1950 e 1970, as regiões do mundo consideradas economicamente subdesenvolvidas, geralmente ex-colônias europeias, assim eram classificadas mediante indicadores que reportavam ao atraso, como baixos padrões de vida para boa parcela da população, a pobreza, a fome, baixa renda *per capita* e reduzido Produto Interno Bruto (PIB).

A ideia da linearidade evolutiva do desenvolvimento se desdobrou em noções e modelos marcados por padrões precisos de progresso, de crescimento

econômico, níveis de escolaridade e índices humanos, entre outros. A própria noção de desenvolvimento baseada no progresso, por exemplo, se erige sobre a ideia de evolução na qual a sociedade deveria passar por uma transformação gradual e constante, tendo como base a crença na razão, como aponta Diegues (1992). Assim, o aprimoramento do conhecimento técnico-científico passou a ser uma ferramenta para colocar a natureza a serviço do homem. Sobretudo a partir da década de 1930 a industrialização se tornou a mola propulsora do desenvolvimento, de modo que os países industrializados passaram a ser considerados desenvolvidos, ao passo que países com base econômica na agricultura eram tidos como atrasados.

A partir de então, as sociedades passaram a ser analisadas por perspectivas dualistas ou dicotômicas que postulavam que os entraves ao processo de desenvolvimento se dariam pela persistência de relações pessoais arcaicas. Desta forma, o parâmetro de análise das sociedades se constituiu na capacidade da transição, principalmente nos países subdesenvolvidos, onde se postulava que as partes “modernas” deveriam incorporar as “atrasadas”. Polarizavam-se os países ou regiões genuinamente modernas daquelas que apresentavam um capitalismo arcaico. O atraso agrário passou a ser concebido como uma condição a ser superada pelos países que possuíam características tanto culturais como estruturais que remetiam ao atraso, sobretudo na América Latina onde se considerava o fator étnico como influência negativa às relações raciais e que envolviam o lucro.

No Brasil as proposições dualistas — que propunham explicar o atraso no desenvolvimento capitalista como um desarranjo e, ao mesmo tempo, a combinação entre as relações arcaicas e as genuinamente capitalistas — foram introduzidas por Jacques Lambert e Roger Bastide, como aponta Garcia (1990). De acordo com este estudioso, a economia estaria dividida entre o setor tradicional/atrasado e o setor moderno/dinâmico, urbano-industrial. Segundo Lambert (1972) existiriam dois “brasis”, o novo e o velho, respectivamente representados pelo Sul/Sudeste e Norte/Nordeste. Esta concepção de desenvolvimento se refletiu nos elementos incorporados às políticas públicas no Brasil, de modo que levar o progresso às regiões atrasadas passou a ser o elemento primordial das ações e programas que tinham no seu bojo o alargamento das fronteiras, principalmente a partir da década de 1960.

Por outro lado, Favareto (2007) salienta que não existiu, de fato, uma teoria do progresso. Assim, esta ideia teria sido transitória até que a economia angariasse o monopólio do termo, considerando-o como crescimento econômico. Nesta linha argumentativa, Diegues (1992) afirma que o modelo de desenvolvimento como crescimento econômico passou a ser orientado por níveis de produção e consumo material. Imbuído pela estratégia da dominação tecnológica, econômica e política, este modelo ancorou-se na eficiência da economia de

mercado sobre as demais formas de organização social não capitalista.

Até a década de 1960, também na Europa, sustenta Oliveira (2002) sobre a concepção de Saraceno (1996), procurava-se o alcance do desenvolvimento econômico por meio de políticas públicas voltadas para a superação das diversidades regionais. Deste modo, entendia-se como necessário o reequilíbrio das disparidades, seja pela mobilidade de fatores produtivos, seja pela adoção de políticas públicas para eliminá-las.

Saraceno (1996) sustenta que nessa concepção, o desenvolvimento de um determinado espaço deveria ser como um *ad continuum*, em que os estágios percorridos rumo ao desenvolvimento seriam sempre idênticos, relegando as condições prévias dos espaços. Assim, grande parte das políticas públicas passou a ser denominada como *top down*, uma vez que poderiam ser destinadas a qualquer área considerada atrasada, não levando em conta as peculiaridades regionais e a heterogeneidade dos beneficiários.

As críticas sobre os pressupostos da unilinearidade do desenvolvimento no planejamento e execução das políticas públicas emergiram na Europa a partir da década de 1970, como argumenta Oliveira (2002). As diferenças regionais e territoriais passaram a ser reconhecidas como elemento positivo e fruto das inter-relações econômicas, sociais, culturais e institucionais entre os agentes, e da natureza de relação com mercado global e outras regiões. O reconhecimento das diversidades e peculiaridades regionais como elementos estratégicos para a competitividade de um espaço resultou na formulação de políticas do tipo *bottom-up* — aquelas que são pensadas a partir da realidade complexa, tangenciando as esferas econômicas, sociais, culturais e institucionais de um determinado espaço.

Essa concepção — que entendia que todas as sociedades deveriam seguir determinados padrões para alcançar um patamar de desenvolvimento — é criticada por Frank (1975), que, tecendo uma análise aos modelos de Nash e Hoselitz, apresenta que nenhuma sociedade, cultura ou população deve se converter em variantes de qualquer que seja a nação ocidental desenvolvida. Combate, ainda, a abordagem de Índice Típico Ideal defendida por Hoselitz, denominando-a como abordagem de hiato, que consiste basicamente em subtrair os traços de índices típicos ideais do subdesenvolvimento de tais países, de modo que o progresso passa a ser resultado de um programa de incremento.

Essa abordagem, salienta Frank (1975), tem como pressuposto que os países subdesenvolvidos são portadores de índices de tradicionalidade, de modo que a mudança dessa condição consiste em abandonar as características de subdesenvolvimento e adotar características dos países desenvolvidos. Finalmente, Frank (1975) critica as teses desenvolvimentistas que concebem as sociedades em diferentes estágios de crescimento rumo ao capitalismo. O maior defensor dessa ideia foi Rostow, que postulou, por meio do enfoque

do desenvolvimento econômico e da mudança cultural, que o desenvolvimento seria resultado do crescimento econômico, de modo que o auge das sociedades seria o alcance da condição de consumo intensivo. Segundo Frank (1975), a falácia contida nesse argumento consiste na atribuição do aspecto histórico tão somente aos países desenvolvidos em detrimento da negação de toda história aos países subdesenvolvidos.

Ao negar o papel crucial dos países subdesenvolvidos para financiar a capitalização dos atualmente desenvolvidos, a abordagem de Rostow ignora completamente sua realidade histórica e estrutural. A contribuição argumentativa de Frank (1975) alerta para o fato de que a importação de um modelo de desenvolvimento de um país para o outro pode ter consequências desastrosas por não levar em consideração as especificidades locais, sendo imperativo que os povos desses países desenvolvam-se por si mesmos. O estudioso critica a abordagem de Nash sobre o Desenvolvimento Econômico e Mudança, que teve como base o estabelecimento três modos de abordagem, sendo elas: o típico ideal de desenvolvimento; o difusionismo, que aborda a forma como tais características típicas seriam disseminadas aos países subdesenvolvidos; e, finalmente, a possibilidade psicológica, que se refere à forma como as características típicas e difundidas devem ser internalizadas. Para Frank (1975) essas abordagens culminaram no avanço do dualismo social e acrescentaram o dualismo sociológico. O autor critica a difusão da teoria ou da política do progresso dos países desenvolvidos aos subdesenvolvidos, como denominou. Para ele, essa seria uma forma de imperialismo nu, sendo necessário destroná-lo.

Em sintonia com a argumentação de Frank (1975), Favareto (2007) critica a concepção de desenvolvimento enquanto estágio a ser alcançado, expondo a necessidade de se restabelecer os elos com a tradição. Defende que as análises sobre desenvolvimento devem ser realizadas pela perspectiva de uma evolução de longa duração. Para a compreensão do desenvolvimento das sociedades humanas, Favareto (2007) sugere que se faz necessária não só a compreensão dos seus mecanismos de estabilidade e mudança, mas a interação entre eles. Para o estudioso, uma análise sobre os processos de desenvolvimento devem, sobretudo, valorizar suas articulações com o meio ambiente, estruturas sociais e instituições.

Assim, a discussão de desenvolvimento aqui empreendida aponta para processos que ora se relacionam com a necessidade de sobrevivência de determinada cultura ou sociedade, ora apontam para um jogo de poder, seja ele simétrico ou não, entre os indivíduos que passam a disputar não só os recursos naturais, mas a posse do significado da ideia de desenvolvimento. Essa perspectiva, quando aliada aos aspectos ambientais e aos interesses econômicos em torno da Amazônia brasileira, se torna ainda mais controversa. Este assunto será discutido a seguir.

2. Desenvolvimento na Amazônia

De acordo com Becker (1991), historicamente a expansão do capitalismo mundial tem seus efeitos na Amazônia mesmo antes da ocupação sistemática intensificada na década de 1970. Tanto é que no fim do século XIX e início do XX, com a industrialização dos Estados Unidos e da Europa (sobretudo nas décadas de 1920 e 1930), a Amazônia foi palco do ciclo da borracha. Este ciclo dá lugar às primeiras frentes pioneiras, extrativistas e minerais, oriundas do Nordeste, migração que se intensificou ainda mais no período 1950-1960.

As atividades extrativistas tiveram um papel relevante nesse momento, não somente pela descoberta da borracha, mas também pela castanha-do-pará, o extrativismo de madeira e a descoberta de minas de exploração do estanho, ouro e diamantes — o que resultou uma representação coletiva, em algumas regiões do Brasil, da descoberta de um novo *El Dorado*, que por sua vez, entre tantos outros fatores, estimulou os movimentos migratórios.

Na opinião de Nascimento (1998), existiram duas correntes migratórias do Nordeste em direção a Amazônia, que se deram, respectivamente, no final do século XIX e no período 1943-1945. Segundo a autora, a primeira corrente tem como característica principal a migração familiar e sertaneja do Nordeste em direção à Amazônia num cenário que mescla conflitos no campo e seca, e cuja questão fundamental aponta para a estrutura fundiária nordestina.

Já a segunda corrente migratória do Nordeste em direção à Amazônia se deu por uma espécie de sobrevida do ciclo da borracha que, segundo Nascimento (1998), se relacionou com o envolvimento do Brasil na Segunda Guerra Mundial em 1942 e com a incidência da grande seca do Nordeste naquele mesmo ano, provocando a migração de 34 mil seringueiros em toda Amazônia. Além disso, a segunda corrente migratória também se relaciona com o insucesso da atividade da borracha na Malásia devido à ocupação japonesa da região. Este contexto impeliu a denominada “batalha da borracha”, que se deu em virtude de um acordo firmado com a *Rubber Reserve Company*, no qual o Brasil se comprometia a vender para os Estados Unidos toda borracha excedente às necessidades do consumo interno, o que gerou uma canalização de esforços pelo governo brasileiro em aumentar a produção, garante Nascimento (1998).

Para tanto, segundo essa autora, o Estado brasileiro impulsionou a criação de alguns órgãos no sentido de fomentar a produção da borracha. Alguns deles merecem destaque: o Banco de Crédito da Borracha (BCB), criado pelo Decreto-lei n. 4.841, de 17 de outubro de 1942, cujo objetivo seria fomentar a produção por meio da operação de crédito e financiamentos, a compra e a venda da borracha; o Departamento Nacional de Imigração (DNI), que tinha como finalidade recrutar e encaminhar trabalhadores para a Amazônia, como também fiscalizar outros órgãos envolvidos na mobilização; a Comissão

de Controle dos Acordos de Washington (CCAW), criada pelo Decreto-lei n. 4.523, de 25 de julho de 1942, com o objetivo de coordenar e auxiliar as atividades de grupos brasileiros e americanos que atuavam na operacionalização da “batalha da borracha”; e o Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia (Semta), que mais tarde foi substituído pela Comissão Administrativa de Encaminhamento de Trabalhadores para Amazônia (Caeta), tendo como objetivo recrutar, encaminhar e colocar trabalhadores nos seringais, transportando-os até Belém. Mesmo assim, segundo relatos de Nascimento (1998), em 1943 a situação em que se encontravam os seringueiros era demasiadamente degradante, totalmente dissonante do que anunciavam as propagandas realizadas para atrair jovens nordestinos para a Amazônia. Desta forma, a exploração econômica da borracha na Amazônia não logrou grandes resultados e culminou no não cumprimento do acordo firmado com os Estados Unidos.

Vinte anos mais tarde o governo militar brasileiro deu novo fôlego ao interesse de integrar não só a região Amazônica ao restante do país, mas à nova ordem econômica mundial. A partir da década de 1970, o Estado brasileiro assumiu a missão de uma nova ocupação, se articulando ao que Becker (1991, p. 12) denominou de “um vetor científico tecnológico moderno imbricado nas estruturas sociais de poder”. Percebe-se, então, um novo padrão, cuja meta consistia no alcance dos mais altos níveis de produção via tecnologia, acompanhado de consequências que se fazem sentir na fronteira.

De acordo com Becker (1991), os interesses econômicos e geopolíticos que motivaram a ocupação da Amazônia se constituiriam em uma solução conjunta para os problemas de tensão social do Nordeste e para a continuidade do crescimento do centro dinâmico do Sudeste.

Embora tenham sido canalizados esforços para a ocupação da Amazônia, a estratégia governamental de modernização, além de não ter sido igualmente distribuída, não se desenvolveu conforme o plano. Isto porque “na estratégia governamental interferem os interesses e confrontos dos atores sociais privados e públicos expressos em sua territorialidade” (Becker, 1991, p. 19). A autora se refere às drásticas alterações em termos de tempo e de espaços regionais com desdobramentos também nas relações interpessoais, dada a transformação dos meios de transportes das vias fluviais de longa duração para as rodovias cujo transporte foi facilitado. A estudiosa alude também à transformação da terra em mercadoria e às disputas pela apropriação que é capaz de definir ou redefinir territórios, de modo que desde o grupo dos dominantes, os camponeses, os seringueiros e até mesmo os índios se territorializam, culminando em violentos conflitos entre esses atores e também contra o Estado. Neste sentido, Minc (1985) inclusive evidencia que nesse cenário havia manobras tanto de grandes fazendeiros como de grileiros a fim de criar um clima de

hostilidade e conflitos por território entre posseiros e nações indígenas, numa situação que é classificada como “expropriados contra expropriados”, de modo que “o posseiro é transformado numa ponta de lança para mais tarde ser ele próprio, mais uma vez, expropriado” (MINC, 1985).

Finalmente, Becker (1991) vincula a polêmica sobre a Amazônia brasileira a um jogo de interesses ecológicos, tecnológicos e políticos a uma escala planetária.

Em resumo, desde o período da borracha até a fronteira tecnológica, se observa na Amazônia brasileira um fenômeno que se revitaliza ao longo dos anos: a transformação da natureza em valor, o que propiciou aos migrantes e às populações tradicionais ali existentes um fenômeno em maiores ou menores proporções, ou seja, o enredamento em uma lógica monetária.

No entanto, esse não é um processo uniformizador em toda a Amazônia. As diferenças geográficas, as formas como se foram organizando os novos tecidos sociais e, também, como foram implementadas as políticas, trouxeram às regiões especificidades e uma forma diferente de desenvolver-se.

Desse modo, no próximo subitem, será tratada a questão do desenvolvimento de Rondônia —, estado que forma parte da Amazônia Legal brasileira — e suas peculiaridades.

2.1 Desenvolvimento em Rondônia: locus da revitalização da noção econômica do desenvolvimento

Autores como Thèry (2012) salientam que o estilo de desenvolvimento de Rondônia é diferente do amazônico, levando em consideração as potencialidades inexploradas até a colonização oficial, somadas à forma como foram implementadas as políticas pelo governo militar — o que deixou suas marcas na população que foi formada, nas formas de sociabilidade e nas atividades econômicas que se desenvolveram nesse território. Para Thèry (2012), o meio natural de Rondônia, com algumas diferenças meteorológicas em relação à Amazônia, sobretudo pelo período bem marcado de secas, orientou processos e potencialidades especiais, que aliadas às políticas desenvolvidas e as formas de sociabilidades construídas se refletiram na forma como os homens ocuparam e ordenaram esse espaço.

Para melhor entender esses processos, é possível dividir a história de Rondônia em três períodos cruciais. O primeiro vai do reconhecimento e das primeiras implantações dos europeus até o ciclo da borracha, bem como a construção da ferrovia Madeira-Mamoré. O segundo é marcado pela ação do governo militar no sentido de propiciar a ocupação sistemática desse território. E o terceiro, o atual, no qual se vê a revitalização da noção econômica do desenvolvimento, tornando esse território alvo de embates entre diferentes noções de desenvolvimento e atores sociais polarizados entre elas.

Com base em relatos dos finais do século XVII e início do século XVIII,

Théry (2012) relata que neste período começaram as ocupações europeias jesuítas na região do Rio Madeira. Teria sido uma ocupação via navegação fluvial e cujos relatos já assinalavam as quedas encachoeiradas do Rio Madeira bem como as dificuldades para vencê-las. Somadas aos ataques indígenas, enfermidades faziam deste um território difícil de ser conquistado, mas que deveria sê-lo devido à ameaça da ocupação espanhola.

O primeiro grande marco da história rondoniense se dá pela assinatura, em 1903, do Tratado de Petrópolis entre Brasil e Bolívia, que não só anexou o Acre ao território brasileiro, mas continha em uma de suas cláusulas o compromisso da construção de uma estrada de ferro que possibilitasse o acesso boliviano ao Atlântico, com vistas ao escoamento do látex, já que se tratava do auge do ciclo da borracha. A construção da Estrada de Ferro Madeira Mamoré, assevera Ott (2002), foi uma verdadeira “epopeia”, salientando a insalubridade local que culminou nas incalculáveis mortes de trabalhadores devido à malária e ao beribéri. Além disso, embora o impacto ambiental não tenha assumido maiores proporções, algumas comunidades indígenas foram dizimadas por endemias introduzidas pelos não índios, pelas lutas desiguais, mencionando inclusive sua escravização e a desestruturação cultural. Já em 1914, afirma Ott (2002), a cidade de Porto Velho tornou-se município do Amazonas, que, no momento histórico em questão, vivenciava a prosperidade do primeiro ciclo da borracha. Esse período histórico coincide com a construção, entre 1907 e 1915, das Linhas Telegráficas e Estratégicas do Mato Grosso ao Amazonas, chefiada por Cândido Mariano da Silva Rondon.

Mais tarde, Rondônia também se tornou cenário da sobrevida do ciclo da borracha em decorrência da Segunda Guerra Mundial. Neste período — graças ao desmembramento de terras do Mato Grosso e do Amazonas — foi emancipada politicamente, constituindo o Território Federal do Guaporé (1943/1944). Já na década de 1950 sua denominação mudou para Território Federal de Rondônia.

Foi tão somente em 1981 que Rondônia alcançou a categoria de estado, mas sua ocupação sistemática, respondendo a objetivos geopolíticos e econômicos, tem seu marco com a atuação do governo militar na década de 1960, década em que foram descobertas jazidas de cassiterita, salienta Ott (2002).

É nesse período histórico que se configurou, de acordo com Théry (2012), a passagem da Rondônia antiga, extrativista, fluvial e voltada para Manaus, para a nova Rondônia, agromineradora, rodoviária e voltada para São Paulo. Isso porque, segundo Becker (1991), foram utilizados dois instrumentos na estratégia de ocupação de Rondônia. O primeiro diz respeito à construção da rodovia BR-364, que permitiu a canalização do fluxo de camponeses apropriados pela modernização agrícola da região Sul do país. Já o segundo se refere ao Programa Integrado de Colonização, que, segundo a autora, teve

extraordinário efeito visto que, além do pequeno grupo de assentados com a assistência do Estado, havia uma grande massa que foi atraída “espontaneamente”, se assentando por conta própria nos moldes do modelo oficial e tendo mais tarde sua situação regularizada pelo poder público. Entretanto, salienta Becker (1991), o fluxo populacional em direção a Rondônia excedeu demasiadamente à capacidade de controle do Incra. Em 1950 a população totalizava apenas 36.935 habitantes, já em 1984 Rondônia contava com 888.430 habitantes, o que evidenciou um intenso crescimento habitacional em pouco mais de 30 anos. O aumento populacional, aliado à incapacidade do Incra em atender ao afluxo de famílias que demandavam terras, intensificou o processo de ocupações e invasões de agricultores em terras públicas, particulares e indígenas, culminando no acirramento de conflitos em Rondônia, salienta Becker (1991).

Sobre a base econômica do estado, Becker (1991) assevera que a principal atividade agrícola dos colonos era o café e, depois, o cacau. Dentre as atividades destinadas à exportação se destacavam a madeira, a borracha e a exploração empresarial da cassiterita. Assim, a dinâmica social em Rondônia não somente aponta aos mecanismos da atuação do Estado, “mas também das potencialidades da prática social, aí se desenrolando hoje um dos mais significativos processos de mudança econômica, não só da fronteira como do Brasil contemporâneo” (BECKER, 1991, p. 106).

Além disso, a implantação da atividade extrativista da madeira, que continua se desenvolvendo intensamente até os dias atuais, está diretamente relacionada ao eixo da BR-364 e ao período bem definido de seca na região, que tem seu cume nos meses de julho e agosto.

As lições aprendidas, segundo Becker (1991), tangem não somente a necessidade de relativizar o determinismo linear da ação da empresa capitalista e do Estado, mas o imperativo de levar em consideração os movimentos espontâneos da prática social, que está além do quadro institucional que cria e controla a formação da região, sendo esta capaz de acionar uma resistência coletiva que forja a identidade regional e influencia no direcionamento de transformação espacial e social.

A forma como o desenvolvimento em Rondônia foi instrumentalizado por meio de políticas públicas — com destaque ao Programa Integrado de Desenvolvimento do Noroeste do Brasil (Polonoroeste),³ que se desdobrou em Plano Agropecuário e Florestal de Rondônia (Planafloro) e mais recentemente no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)⁴ com a construção das usinas hidrelétricas Santo Antônio e Jirau — parece se manter e ao mesmo tempo responder à ideia da linearidade evolutiva, ou seja, se mostra em grande parte balizada por noções e modelos de desenvolvimento marcados por padrões precisos de progresso e de crescimento econômico.

As atuais discussões sobre os impactos do PAC vêm acompanhadas de

3. O Polonoroeste foi grande projeto de organização regional responsável, por meio do financiamento do Banco Mundial, pela construção da BR-364, principal rodovia desse estado, e acelerou ainda mais o processo migratório em Rondônia. Longe de cumprir o seu suposto objetivo de assentar agricultores promovendo uma agricultura autossustentada, fomentou os índices mais altos de desmatamento na região (PARMSRN, 2010).

4. O PAC é um programa do governo brasileiro que consiste em um conjunto de medidas destinadas a incentivar o investimento privado; aumentar o investimento público em infraestrutura; e remover obstáculos (burocráticos, administrativos, normativos, jurídicos e legislativos) ao crescimento do país (BRASIL, 2007).

ideias similares que envolvem também projeto da Iniciativa de Integração da Infraestrutura Regional Sul Americana (IIRSA) e apontam, como consequência, para a expansão das áreas de plantio de soja, como assevera Vera-Diaz *et al* (2007) e Almeida e Bastos (2010). Isso porque a construção das hidrelétricas do Rio Madeira seria capaz de promover a integração física dos territórios amazônicos do Brasil, Peru e Bolívia, o que contribuiria para a diminuição dos custos de produção da soja, provocando o avanço dessa cultura na região.

Na visão da secretária de desenvolvimento econômico e social de Rondônia, o potencial energético do estado, alvo do Programa de Aceleração do Crescimento, é tomado pela seguinte perspectiva:

As usinas trouxeram realmente absorção de mão de obra, qualificação de mão de obra, paralelamente uma demanda maior por outros serviços, por outras demandas, só que elas são finitas, elas têm um horizonte onde vão encerrar. O que vai ficar de massa absorvida nesse processo é pequeno em relação ao que se tem hoje. Então eu penso que é urgente mesmo, e o estado vem buscando isso, fazer projetos que possam assegurar a continuidade realmente desse desenvolvimento, senão se cria, na verdade, novos cinturões de pobreza, se não tem uma massa aí, boa parte, o que se coloca é que em torno de 80% da massa que empregada hoje é do estado. Então mais do que nunca aumenta a nossa preocupação. Por que? Porque aqueles que são considerados como barrageiros, eles vêm; na hora que tem um outro empreendimento eles já estão se deslocando, mas fica aquela massa que é daqui, que vai ficar. Na hora que essa massa fica desempregada, tem o efeito dominó. (Secretária de Desenvolvimento Econômico e Social, 55 anos, Porto Velho, 2011. Grifos nossos.)

Embora a Secretária conceba como aspectos positivos, propiciados pela construção das usinas, a absorção de mão de obra e geração de demandas que passaram a movimentar a economia local, se mostra atenta também aos riscos que podem afetar não somente os trabalhadores após o término da construção, mas a dinâmica da economia local. Nesse sentido, as políticas públicas do estado deveriam, na opinião da entrevistada, criar mecanismos que assegurem a continuidade do desenvolvimento. Isso seria logrado então por meio de um novo projeto de desenvolvimento, chamado Programa Integrado de Desenvolvimento Sócioeconômico Inclusivo do Estado (Pidise), a ser financiado pelo Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que, na opinião da entrevistada, alia conhecimento científico no auxílio de tomada de decisões. O trecho abaixo destacado clarifica a questão:

Então, um dos projetos que nós estamos trabalhando é criar realmente no estado não um instituto de pesquisa para ser mais um cabide de emprego, mas uma rede, um sistema de informações onde a gente possa monitorar realmente para onde está caminhando o desenvolvimento, aonde eu tenho vulnerabilidade, para que o estado possa agir no momento certo.

[...] De repente indicar os caminhos, oportunidades de investimento, oportunidade de negócios, para onde a gente pode caminhar, aonde provavelmente dá mais certo, isso com base em pesquisas e permanente produção desses indicadores de forma bem atualizada. (Secretária de Desenvolvimento Econômico e Social, 55 anos, Porto Velho, 2011)

A proposta relativa ao desenvolvimento em Rondônia pressupõe a interpenetração do conhecimento científico aos impasses e desafios vivenciados naquele estado. No entanto, se percebe, pela fala dos atores políticos, que persiste a ideia do crescimento econômico atrelada à reprodução do perfil agropastoril do estado. Isso pode ser percebido pelo relato do governador sobre os pontos positivos do atual processo de desenvolvimento em Rondônia:

Com a regularização fundiária o PIB de Rondônia duplica imediatamente. Nós tivemos 115 mil propriedades, em torno de 50 mil não estão regularizadas, não têm documento, então com a regularização você já facilita muito, além da valorização das terras aumentar bastante. E a agroindustrialização é importante porque você passa a integrar uma massa de 100 mil miseráveis que nós temos em Rondônia, vivem na área rural, ribeirinhos, extrativistas e quilombolas, que ganham abaixo de R\$ 70 por mês. Com essa inclusão de renda que vai oferecer, regularizando comunidades e organizando essas pessoas, como eles são da área rural, eles passam a ser incluídos num setor de organização, por exemplo, na indústria ou técnica, aí passa a ter dinheiro. Tende a aumentar para eles, que ganham R\$ 70 por mês, passam necessidade; se for para 530, o salário mínimo, já aumenta oito vezes mais a renda dessas pessoas, riqueza é o ganhar salário mínimo, riqueza! (Governador do estado, 63 anos, Pimenta Bueno, 2011. Grifos nossos.)

Os elementos evocados no relato do governador enfatizam, sobretudo, a questão da renda na qual o PIB do estado aumentaria com a regularização das propriedades e também com o processo da agroindustrialização. Não muito distante da perspectiva do governador, o relato do deputado mostra as vantagens do processo de desenvolvimento de Rondônia, enfatizando o desenvolvimento econômico pela melhoria da arrecadação do ICMS e evidencia a inclinação ao agronegócio conjugada com a agricultura familiar, que, segundo o deputado, representa 85% das propriedades rurais do estado, como o trecho abaixo elucida:

O setor produtivo é a grande oportunidade de desenvolvimento econômico e social do estado, tanto para a geração de empregos como também para desenvolvimento econômico; geração de ICMS que é o que faz o estado ter capacidade de investimentos nas outras áreas. Eu vejo o setor produtivo como a alternativa viável para Rondônia. É um estado vocacionado ao agronegócio, como também à agricultura familiar. Nós temos aqui uma característica ímpar: hoje, 85% das propriedades rurais estão incluídas no módulo de agricultura familiar, até 240 hectares por família, e que desenvolve assim várias atividades. Então como na nossa economia hoje mais

de 40% é do setor produtivo nós temos como a alternativa exatamente a agricultura e pecuária [...] O setor industrial nosso está caminhando, está avançando. Por exemplo, na cadeia do leite; hoje o estado de Rondônia é o oitavo maior produtor de leite do país e nós temos já um parque industrial aí quase consolidado, hoje nós somos um produtor de leite em pó, leite condensado, agregou valor à matéria-prima do leite, que é uma atividade que gera renda mensal para o produtor e ICMS regional. No interior do estado a vocação dele é essa. Além de outras oportunidades como alguma coisa de minério, ainda tem muito em Rondônia, nós temos aí um potencial grande nessa área. Então o que precisa agora investir mais é em tecnologia, essa logística de exportação porque nós temos que exportar os nossos produtos, como já exportamos leite em pó, exportamos todos os derivados do leite, exportamos café verde, exportamos a carne vermelha para mais de 40 países, exportamos soja também daqui e é o que tem ajudado o estado a se desenvolver. (Deputado federal, 51 anos, Pimenta Bueno, 2011. Grifos nossos.)

Na fala desse ator político se percebe que economicamente Rondônia se afirma no cenário nacional pela reprodução do perfil agropecuário, de modo que a industrialização do estado se daria, de acordo com o entrevistado, em conformidade com tal perfil.

Todas essas questões envolvendo índices econômicos, melhorias nas arrecadações, inserção internacional evidenciam a tônica do crescimento econômico para se referir a desenvolvimento em Rondônia.

Em termos econômicos, teria sido então a canalização de esforços para o incremento do perfil agropecuário que, na opinião dos entrevistados, teria feito de Rondônia um exemplo bem sucedido, como o trecho abaixo permite entrever:

Se você falar de crescimento econômico, Rondônia é um exemplo bem sucedido no país, não é? Nós começamos, a Emater começou em Rondônia em 71, agosto de 71, e aquela época o que existia aqui era alguns imigrantes do Centro-Sul, principalmente do Centro-Sul, que vieram para Rondônia incentivados pelo estado brasileiro, para essa região, era a lógica dos militares, não é isso? E chegando aqui a única coisa que eles faziam era produzir culturas de subsistência por não ter a quem vender, porque não tem como escoar, então o começo aqui foi muito sofrido, muita miséria, famílias sendo dizimadas pela malária, a produção difícil, não tinha como escoar, e a devastação da floresta porque o Incra exigia que o produtor derrubasse para comprovar a capacidade de trabalho. Na época o código florestal permitia derrubar até 50% das matas e hoje quer que faça o reflorestamento. O estado incentivou a derrubar e agora obriga o produtor a reflorestar, pois é, mas depois, contrariando até o que diziam os técnicos, começou a se plantar culturas perenes em Rondônia. Por exemplo o café. Aqui não dava café, mas o pessoal trouxe de fora principalmente do Ceará, Cacoal começou a produzir café e foi bem sucedido. Então, posteriormente começaram até financiar a cultura do café, a partir daí os agricultores começaram a fazer sucesso, com o café, depois o cacau, depois uma pequena pecuária e teve até certa, vamos dizer assim, melhoria econômica do produtor enquanto o mercado regional absorvia a produção, depois entrou em crise. A produção excedia o consumo regional e não tinha como

exportar, e quando exportava não tinha preço competitivo e nem qualidade. *Passou essa crise até que a estrada melhorou, foi asfaltada, e veio assistência técnica mais abrangente, a pesquisa se instalou. A partir daí Rondônia tem uma agricultura e uma pecuária, vamos dizer assim, fortes, produtivas para nossas condições e isso fez com que muitos agricultores melhorassem, se capitalizassem e tivessem uma empresa rentável hoje.* (Assessor Jurídico da Emater, 58 anos, Porto Velho, 2011. Grifos nossos.)

A fala do representante da Emater evidencia não somente certo protagonismo econômico em função das atividades agropecuárias, mas delinea também uma diferença de momentos históricos em termos do uso e ocupação do espaço, uma vez que no período de colonização do estado era postulado o desmatamento como condição de permanência na área ao passo que atualmente se presencia a valorização do meio ambiente e a tentativa, por meio de leis e políticas públicas, de garantir a preservação da região Amazônica. O trecho, no entanto, aponta para uma espécie de afirmação da agricultura e da pecuária no estado até os dias atuais que persiste por mais que os discursos que valorizam a sustentabilidade não estejam de acordo. Desse modo, há então um descompasso entre o que se postula como desenvolvimento atualmente e as práticas dos atores rurais dessa região, que, vale ressaltar, continua apresentando altos níveis de desmatamento.

Para além do crescimento econômico indiscriminado da região implicada, Almeida (1998) preconiza o modo de desenvolvimento com base social, econômica, cultural e ambiental mais sustentável como alternativa aos modelos baseados nos pressupostos do desenvolvimento industrial capitalista, cujas bases apontam para o esgotamento. No entanto, esclarece o estudioso, a sustentabilidade deve ser vista como uma ideia, um conceito em disputa, com limites ainda indefinidos e, sobretudo, com grandes conflitos de interesses. O autor demonstra limites em relação à perspectiva do desenvolvimento sustentável especialmente no que tange à agricultura, apontando o desafio de conceituação e práticas de desenvolvimento sustentável capazes de serem aceitas pela maioria dos atores/ agentes econômicos envolvidos. O que, no caso de Rondônia, dada a expressividade da produção bovina e atividades agrícolas, não coadunam com as práticas sustentáveis.

Se por um lado a noção de desenvolvimento sustentável é pensada economicamente — a partir da incorporação da natureza à cadeia de produção, na qual esta passa a ser um bem de capital —, por outro lado existe uma perspectiva que busca superar a visão instrumental da esfera econômica, restrita ao que a economia impõe como ideia/conceito, salienta Almeida (2007).

Dessa forma, ao se considerar o desenvolvimento em Rondônia faz-se necessário ponderar sobre seu processo histórico, sobretudo a partir da década de 1960 em que se dava a valorização das práticas produtivas totalmente distantes das atuais preconizadas pelo discurso sustentável. Assim, tanto trajetórias sociais como as orientações científicas poderão ser insumos para políticas públicas compatíveis

com os anseios e também as possibilidades dos atores sociais rurais.

Nessa direção, a esclarecedora fala da secretária corresponde a uma comparação entre esta e as demais Unidades da Federação pertencentes à região Norte, na qual Rondônia se destaca no cenário amazônico pela capacidade de desenvolver a economia não somente na capital, Porto Velho, mas também nas cidades do interior — o que, inclusive, foi propiciado em grande parte pelo intenso fluxo migratório dos anos 1960 que teve como consequência a constituição de municípios economicamente expressivos e também integrados, via BR-364, aos mercados nacionais. A posição geográfica e os mecanismos de integração econômica aos mercados consumidores e fornecedores de produtos, sobretudo manufaturados, possuem relação direta com a noção de desenvolvimento vigente em Rondônia, e por merecerem maior atenção serão analisados no próximo item.

3. Posição geográfica: entre o protagonismo e a reprodução do perfil agropastoril

Por meio de entrevistas com os atores políticos foi possível perceber algumas contradições no que tange ao fator estratégico da posição geográfica de Rondônia. De um lado, existe uma perspectiva que sustenta os privilégios angariados devido à posição geográfica, como os discursos abaixo clarificam.

A nossa própria localização geográfica acaba nos colocando na condição privilegiada. Nós passamos a ser realmente um centro, podemos até sonhar em ser um grande centro de logística e de comércio exterior, não só regional como também nacional e isso porque a gente tem hoje multimodal, tanto rodovia quanto hidrovia, que nos permitem tanto o acesso ao Atlântico quanto o acesso ao Pacífico e, com isso, o mundo. (Secretária de Desenvolvimento Social, 55 anos, Porto Velho, 2011. Grifo nosso.)

Por essa perspectiva assinalada pela representante da Secretaria de Desenvolvimento, a estrada do Pacífico⁵ poderá intensificar o comércio internacional, tanto do Brasil em direção ao Oceano Pacífico, como do Peru em direção ao Oceano Atlântico. A secretária inclusive destaca a possibilidade de Rondônia expandir suas operações comerciais para além da esfera regional. Isso porque o acesso ao Pacífico se dá por uma estrada que começa na BR-364 em Porto Velho, atravessa o Acre pela BR-317 até a divisa entre Brasil e Peru, nas cidades de Assis Brasil e Iñapari, respectivamente correspondente aos seus países. No Peru essa estrada se divide em duas: a primeira em direção ao oeste é denominada de PE 030, se inicia em Nazca e termina em San Juan de Marcona; e a segunda, denominada PE 036, vai em direção ao sul e chega ao famoso porto peruano de Ilo.

5. A estrada do Pacífico é uma rodovia binacional que liga o Brasil (Acre) ao Peru.

O superintendente da Agência de Defesa Sanitária Agrosilvopastoril – RO (Idaron), por seu lado, sinaliza que Rondônia, geopoliticamente, estaria posicionada no centro da América do Sul, o que lhe conferiria uma série de vantagens econômicas, como o trecho abaixo permite observar:

Bem, vivemos um período extraordinário, nós tivemos assim a graça de Deus de estarmos situados geopoliticamente falando no centro da América do Sul e também a gente pode avaliar como extremamente positivo o governo federal ter enxergado isso. *Hoje, se você analisar o mapa geopolítico do mundo, principalmente da América do Sul, Rondônia está no meio do caminho dos dois oceanos, o Pacífico, pra saída do Pacífico como as nossas saídas para o Atlântico. Rondônia é hoje basicamente o meio.* Então Rondônia busca se preparar hoje para ser entreposto de mercadoria e de fatores de desenvolvimento que vão passar, necessariamente, por Rondônia para ganhar mercados externos. *Nós estamos falando aí da saída para o Pacífico através dos portos no Peru, nós estamos falando de ferrovia que vai cruzar o país e que é um projeto antigo, ferrovia norte-sul, que depois vai ganhar saída também para os Andes, nós estamos falando também na navegabilidade do Rio Madeira que vai nos ligar a esses mercados. Então, nós estamos falando de estrada, estamos falando de rio, estamos falando de saídas aéreas. Transporte hoje para o desenvolvimento é um fator de extrema importância, é aquilo que separa as vantagens competitivas de um país, de um estado em relação a outros que não têm. A perspectiva então de desenvolvimento de Rondônia é excelente e nós não podemos perder esse ciclo, como a gente perdeu o ciclo da borracha, como a gente perdeu o ciclo do ouro. Esse ciclo não está definido num bem específico, poderíamos classificar esse ciclo como ciclo da oportunidade, e Rondônia é o centro das oportunidades de comércio para o Brasil e para o mundo, hoje.* Eu acho que esse é o grande fator positivo que coloca a economia de Rondônia numa situação de privilégio em relação aos outros estados. (Superintendente do Idaron, 35 anos, 2011. Grifos nossos)

Na visão do entrevistado, o posicionamento geográfico de Rondônia permitiria a saída para os dois oceanos, Atlântico e Pacífico. Entendendo o atual período histórico por uma perspectiva dos ciclos econômicos, como o da borracha e do ouro, o Superintendente do Idaron aponta a necessidade de aproveitamento do atual, denominado como ciclo da oportunidade, no que tange ao comércio exterior. No entanto, é importante assinalar que apreender o desenvolvimento ainda pela visão dos ciclos econômicos é uma tarefa bastante perigosa, principalmente porque a história evidencia que nos dois ciclos supracitados os produtos foram explorados até a escassez, degradaram o meio ambiente e principalmente contribuíram para a posição do Brasil como exportador de produtos primários, o que deixou uma herança econômica e histórica negativa para o país. Isto porque as vantagens dos ciclos costumam ser destinadas aos exploradores, aqueles que compravam esses produtos do Brasil e agregavam valor a eles, o que gera o efeito reação em cadeia, pois ao vender esse tipo

de produto a preços baixos, o país necessita exportar uma grande quantidade para que o montante de divisas seja alto. Além disso, depois, os consumidores brasileiros importam os mesmos produtos manufaturados a um preço muito maior, dada a habilidade dos países desenvolvidos de “fazer preços”.

De outro lado, o professor da Universidade Federal de Rondônia argumenta que a construção da rodovia permite tão somente a afirmação do perfil agropastoril do estado no cenário nacional. Desta forma, o papel de Rondônia se limitaria ao de ser apenas território de passagem para que a soja seja escoada até a China.

Esse perfil agropastoril de Rondônia, eu tenho a impressão que vai ser dominante pelos próximos 20 anos. A entrada da soja em regiões de Vilhena e Colorado é bastante significativa e só tende a aumentar, especialmente com a construção agora da saída para o Pacífico, porque essa soja plantada no noroeste de Mato Grosso e sul de Rondônia, ela vai sair pelo Porto de Ilo no Peru, vai bater na China e no Japão sem precisar ir de Mato Grosso para Campos e de Campos atravessar o canal de Suez, para do canal de Suez chegar ao outro lado do mundo. [...] Então nessa região, ao meu ver pelo menos, a questão da soja vai aumentar exponencialmente na região de Colorado, Vilhena, são aqueles grandes cerrados de Vilhena, aquilo tudo vai estar ocupado pela soja em mais 10, 20 anos. Então esse perfil agropastoril eu acho que vai se constituir muito fortemente em Rondônia, mas com um agravante: tanto a soja quanto o gado não são atividades econômicas demandadoras de mão de obra. Uma fazenda de soja de 3 mil hectares você emprega 20 pessoas, já não são atividades que exijam muita gente e o grande desafio vai ser esse: qual é o emprego que se vai dar para essa população, porque indústria não adianta trazer para cá. Ao meu ver, não é, estamos muito longe dos grandes centros consumidores e os insumos têm que viajar de muito longe para chegar até aqui. Uma fábrica de cimento que se montou aqui, que a Votorantim montou em Porto Velho para atender as hidrelétricas, segundo o próprio grupo é a operação logística mais complexa do mundo para se produzir cimento, para poder fazer o insumo do cimento, coisa que vira cimento chegar aqui em Porto Velho. Isso envolve navio que vai até Manaus, barcaça que transporta isso até o Rio Madeira e caminhões que transporta esse material até a Usina de Cimento, uma operação logística extremamente complexa. Então é muito difícil pensar em Rondônia como um polo industrial que fosse produzir. (Professor da Unir 1, Porto Velho, 2011. Grifos nossos.)

Na opinião do entrevistado, a distância geográfica entre Rondônia e os grandes centros consumidores não se constitui num cenário favorável à industrialização, o que contribui para a reprodução do perfil agropastoril, que por sua vez seria prejudicial ao desenvolvimento do estado devido ao baixo nível de absorção de mão de obra. Seguindo uma tendência brasileira, na opinião do professor, Rondônia estaria fadada a exportar *commodities*.

A fala do professor parece ser justa para entender o processo do desenvolvimento em Rondônia, mas merece uma inserção argumentativa econômica sobre

a questão, sendo de antemão necessário salientar que a questão fundamental não reside tão somente nesse perfil agroexportador, mas inabilidade nas políticas brasileiras, que se refletem também em Rondônia, de agregar valor aos produtos, haja vista que inúmeros países considerados desenvolvidos se mostram capazes disso sem que tenham sequer a matéria-prima. Sobre a problemática da recente inserção externa dos produtos brasileiros, os estudos de Benetti (2008) são conexos por apontar que nos anos 1990 houve um processo de (re)primarização da economia e (re)commoditização da pauta de exportações brasileiras, o que se refletiu em perda de competitividade internacional dos produtos manufaturados, ganho de produtos agrícolas exportados no Brasil e baixo valor agregado. A autora, entretanto, além de apontar para o crescimento, a partir de 2002, de produtos não commoditizados, rechaça a ideia de que produzir *commodities* não se constitui uma verdadeira atividade industrial haja vista as redes de indústrias de insumos, de máquinas, de processamento de produtos e serviços de suporte por detrás deles. O cerne da questão, segundo Benetti (2008), seria a inabilidade da dinâmica do comércio exterior no período 1995-2005 em aumentar as manufaturas de valor agregado nas exportações brasileiras aliada à sua incapacidade de transformar o Brasil em um centro privilegiado de processamento de matérias-primas agrícolas e minerais no âmbito internacional. Embora atualmente o contexto tenha se modificado em grande parte pela incorporação de tecnologia aos processos produtivos, a estudiosa evidencia, por uma análise da evolução de *commodities* agrícolas e minerais nas últimas duas décadas, que não ocorreram mudanças estruturais neste setor. Este cenário, que a autora denomina como fruto das políticas anti-industrializantes culminaria em um surto de expansão da fronteira agropecuária nacional, na qual a descoberta de recursos naturais é o motor da integração econômica.

Nessa direção, as discussões empreendidas por Young e Lustosa (2001) são conexas a este trabalho por tratar do desenvolvimento desigual entre centro e periferia no que concerne a meio ambiente e competitividade da indústria brasileira. Isso porque os autores consideram que se por um lado é nos países do centro que se concentra a produção em mercados dinâmicos — nos quais se destacam produtos de alto valor agregado, tecnologia de ponta, grande diferenciação dos produtos e, principalmente, a fabricação de produtos “limpos”, ambientalmente falando —, por outro é na periferia que se dá a produção de *commodities* tradicionais com matérias-primas de origem natural, o que dificulta a capacidade de “fazer preços” e exige alta intensidade de consumo de energia e de outros recursos, resultando na fabricação de produtos “sujos”. Assim, o cenário da indústria brasileira se inclinou ao fornecimento ao mercado internacional de bens gerados por atividades poluentes, haja vista a concentração das indústrias ditas sujas não só neste país, mas também nos demais países em desenvolvimento.

Nessa perspectiva, o atual processo de desenvolvimento em Rondônia responde a um cenário mais amplo, que envolve a inaptidão das políticas nacionais em agregar valor aos seus produtos, revitalizando as fronteiras por meio da busca de recursos naturais. O descompasso resultante, no entanto, reside em políticas contraditórias. Ao mesmo tempo em que se busca, com a exploração dos recursos naturais, a integração econômica — como é o caso da construção das usinas Santo Antônio e Jirau em Rondônia, que são fornecedoras de energia para manter ou incrementar a industrialização de grandes centros brasileiro como São Paulo —, as políticas e também créditos voltados ao rural elegem uma série de características sustentáveis aos quais os agricultores/produtores teriam de se adequar para terem acesso.

Todas essas questões apontam para um cenário que envolve o comércio exterior, a relação entre países em desenvolvimento e desenvolvidos, e os desafios da sustentabilidade, mas se refletem em Rondônia quando este estado se torna alvo da procura por recursos naturais, revitalizando-se a fronteira geográfica. Ora pela frente de expansão que favoreceu o estabelecimento da produção bovina, ora pela integração geográfica por meio dos portos que atualmente propicia a expansão da soja, se percebe a tônica do crescimento econômico na orientação das práticas e das políticas regionais.

Considerações finais

A contradição muitas vezes está presente na forma como as políticas relativas a desenvolvimento são instrumentalizadas na região Amazônica, *locus* da revitalização dos grandes projetos, mas simultaneamente das restrições ambientais mais rigorosas, sobretudo aos atores rurais. Assim, ao se pensar o desenvolvimento em Rondônia se fez necessário considerar aspectos históricos anteriores aos anos 1960, buscando compreender os processos sociais, econômicos, culturais e ambientais anteriores aos padrões de progresso e crescimento econômico que foram instrumentalizados na ocupação dessa Unidade da Federação. Observou-se que a forma como historicamente as políticas e os empreendimentos foram instrumentalizados naquele estado e também no bojo das políticas recentes em que se destaca o PAC, de algum modo revitalizam e dão nova roupagem a ideia da linearidade evolutiva que se desdobra em modelos de desenvolvimento marcados por padrões precisos de progresso e de crescimento econômico.

A atualização de tais fenômenos culmina na integração física dos territórios amazônicos, sobretudo entre Brasil, Bolívia e Peru, sendo de modo a se constituir um cenário propício ao comércio exterior, já que favorece a integração portuária do Pacífico com importantes regiões econômicas do mundo,

como a China. As questões atinentes a comércio internacional apontam para relações complexas entre países em desenvolvimento e desenvolvidos que, por sua vez, se refletem em Rondônia quando esta se torna alvo da procura por recursos naturais, revitalizando-se as frentes de expansão que outrora favoreceram a produção bovina e atualmente abrem espaço, pela diminuição dos custos de transação, para o avanço da produção de soja. Assim, percebe-se que o atual processo de desenvolvimento em Rondônia é reflexo de um cenário mais amplo, que envolve a inaptidão das políticas nacionais em agregar valor aos seus produtos, revitalizando as fronteiras por intermédio da busca de recursos naturais, já que a forma como a política econômica entende e instrumentaliza o desenvolvimento ocasiona novos processos sociais em regiões, como Rondônia, que ofertam recursos naturais.

A afirmação da agricultura e da pecuária no estado até os dias atuais polariza atores sociais por se distanciar da noção de desenvolvimento que valoriza a sustentabilidade, gerando então um descompasso entre o que se postula como a noção mais justa para o desenvolvimento e as práticas dos atores rurais dessa região, que continua apresentando altos níveis de desmatamento. A reprodução do perfil agropastoril também polariza opiniões, de modo que alguns atores sociais apontam a necessidade de canalizar esforços para a criação de instituições (regras do jogo) a fim de se tirar vantagens dessa condição, em que a agroindustrialização se constitui uma alternativa, dentro da questão econômica, que é um dos fatores a também ser considerado para o desenvolvimento, pela capacidade de agregar valor aos produtos e como consequência aquecer a economia local.

É importante salientar que as políticas, mesmo incorporando a noção do desenvolvimento sustentável, devem, de antemão, se atentar para as trajetórias sociais e econômicas dos atores que se estabeleceram e que convivem com os que ali já estavam, a fim de que se elaborem políticas públicas compatíveis com os anseios e também as possibilidades dos atores sociais rurais. Isso porque a noção sustentável, mesmo que se assente sobre novas bases para instrumentalizar o desenvolvimento, pode estar sendo apreendida da mesma forma que as noções de progresso e crescimento econômico foram incorporadas às políticas, respondendo a um padrão homogêneo e externo. Na atual discussão sobre desenvolvimento se mostra imprescindível a produção de padrões internos, resultado da conjugação dos limites e das possibilidades em uma análise complexa da realidade do estado na qual estão em jogo as trajetórias dos atores sociais, o meio ambiente, o aspecto cultural e também o econômico.

§

Referências bibliográficas

- ALMEIDA FILHO, Niemeyer. O desenvolvimento da América Latina da perspectiva da Cepal dos anos 90: correção de rumos ou mudança de concepção. In: FERRAZ, João Carlos; CROCCO, Marco; ELIAS, Luiz Antonio (Org.). *Liberalização econômica e desenvolvimento*. 1ª ed. São Paulo: Editora Futura, 2003, p. 100-123.
- ALMEIDA, Rodrigues; BASTOS, Wanderley Rodrigues. *Projeto da iniciativa de Integração da Infraestrutura Regional Sul americana (IIRSA), Programa de Aceleração do Crescimento (PAC): O complexo hidrelétrico do Madeira*. T&C Amazônia, ano VIII, n. 18, 1º semestre de 2010.
- ALMEIDA, J. . Da ideologia do progresso à ideia de desenvolvimento (rural) sustentável. In: ALMEIDA, J.; NAVARRO, Z. *Reconstruindo a agricultura: ideias na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável*. 2ª ed. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1998, p. 33-55.
- BECKER, Bertha Koiffmann. *Amazônia*. 2ª ed. São Paulo: Ática, 1991.
- BENETTI, Maria Domingues. Boom exportador: ruptura ou continuidade do padrão de comércio brasileiro? In: *Indicadores Econômicos FEE*, vol. 34, 2006, p. 75-88.
- DIEGUES, Antônio Carlos. *Desenvolvimento sustentável ou sociedades sustentáveis: da crítica dos modelos aos novos paradigmas*. In: *São Paulo em Perspectiva*, 6: (1-2), p. 22- 29, jan.-jun., 1992.
- FRANK, André Gunder. Sociologia do desenvolvimento e subdesenvolvimento da sociologia. In: DURAND, José Carlos Garcia; MACHADO, Lia Pinheiro. *Sociologia do Desenvolvimento II*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.
- FAVARETO, Arilson. *Paradigmas do desenvolvimento rural em questão*. São Paulo: Iglu, Fapesp, 2007.
- GARCIA, Álvaro Antônio. Agricultura e desenvolvimento econômico no Brasil: Os debates nas décadas de 50 e 70. In: *Ensaio FEE*. Porto Alegre (11/1), 1990, p. 198-122.
- LAMBERT, Jacques. *Os dois Brasis*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1972.
- NASCIMENTO, Maria das Graças. Migrações nordestinas para Amazônia. In: *Revista Educação, Cultura e Meio Ambiente*, vol. II, n.12, dez. 1998.
- MINC, Carlos. A reconquista da Terra: Estatuto da Terra, lutas no campo e reforma agrária. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 1985. In: OLIVEIRA, Rodolfo Osório de. Desenvolvimento, política agrícola e política rural: do setorial ao territorial. *Informações Econômicas*. São Paulo, vol. 32, n. 12, dez. 2002.
- OTT, Ari Miguel Teixeira. *Dos grandes projetos de desenvolvimento ao desenvolvimento de projetos: O Planaflo em Rondônia*. 2002. Tese (Doutorado) — Universidade Federal de Santa Catarina, 2002.
- PARMSRN. *Plano de ação participativo para o desenvolvimento de uma economia racional e de manejo sustentável dos recursos naturais da Terra Indígena Sete de Setembro*, 2010.
- VERA-DIAZ, M. C.; REID, J.; FILHO, B. S.; KAUFMAM, R.; FLECK, L. Efeitos dos projetos de infraestrutura de energia e transportes sobre a expansão da soja na bacia do rio Madeira. vol. 7, 2007.
- THÈRY, Hervé. *Rondônia: Mutações de um território federal na Amazônia brasileira*. Curitiba: SK Ed., 2012.
- YOUNG, Carlos Eduardo Frickmann; LUSTOSA, Maria Cecília Junqueira. Meio ambiente e competitividade da indústria brasileira. In: *Revista de Economia Contemporânea*, Rio de Janeiro, vol. 5, n. Especial, p. 231-259, 2001.
- Superintendente da Agência de Defesa Sanitária Agrosilvopastoril do Estado de Rondônia (Idaron). *Entrevista sobre o atual processo de desenvolvimento em Rondônia*. Porto Velho, 26 de agosto de 2011, duração de 56 min. Entrevistado por Nathália Thaís Cosmo da Silva.
- Professor da Universidade Federal de Rondônia (Unir). *Entrevista sobre o atual processo de desenvolvimento em Rondônia e sua interface com as comunidades indígenas*. Porto Velho, 26 de agosto de 2011, duração de 81 min. Entrevistado por Nathália Thaís Cosmo da Silva.

Recebido em 25/11/2013
e aceito em 01/07/2014